



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

Eixo Temático: 1- Políticas públicas, infância, adolescência e juventude

Adoção: a disparidade entre o perfil desejado e o perfil acolhido

Adoption: the disparity between the desired profile and the Institutionalized profile.

Lara Caroprese T. S. Reis¹

Karen Simone de Andrade²

Giovanna Batista Braz Decembrino³

Mirian de Souza Silva⁴

1 Introdução

A elaboração do artigo em tela derivou do processo de estágio supervisionado no setor de Serviço Social da 3ª Vara da Infância e Juventude Protetiva (3ªVIJP) do Rio de Janeiro, desde 2024. Essa experiência possibilitou a aproximação com as famílias habilitadas para a adoção. É nesse momento, em que podemos identificar discursos esvaziados dos habilitados, acerca do perfil desejado de crianças e adolescentes frente a realidade do perfil de acolhidos nas instituições de acolhimento.

Nesse sentido, o artigo tem por objetivo, problematizar a escolha do perfil de interesse dos habilitados em contraposição ao perfil dos acolhidos. A importância desse estudo decorre dos casos de devoluções de crianças e adolescentes e desistências nos processos de adoção devido à frustração com o perfil idealizado pelos habilitados. A proposta do artigo emergiu do nosso debate, no intuito de coletivamente construirmos dados que possibilitem uma intervenção futura para essas demandas sociais, pertinentes às nossas competências e

¹ Graduanda de Serviço Social da UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), estagiária da 3ª VIJP/TJRJ. Email: laracaropresereis@gmail.com

² Graduanda de Serviço Social da UERJ, estagiária da 3ª VIJP/TJRJ. Email: andrade.karen9914@gmail.com

³ Graduanda de Serviço Social da UERJ, estagiária da 3ª VIJP/TJRJ. Email: giovannabraz12@gmail.com

⁴ Graduada em Serviço Social pela UERJ. Assistente Social da 3ªVIJP/TJRJ. Supervisora de campo. Especialização em políticas sociais e Serviço Social - UERJ. Interesse de estudo: Família; Infância e Adolescência; Gênero e Raça. Email: mdesouzasilva65@gmail.com

atribuições, dentro dos limites dessa instituição, visando o compromisso com os usuários atendidos nesta vara.

2 Desenvolvimento

A adoção, como prática social e jurídica, possui uma trajetória histórica marcada por transformações significativas, tanto nas relações familiares quanto no campo das políticas de proteção à infância e à juventude. Esta se configura como um desdobramento das expressões da questão social, pois, sua origem está estabelecida, no primeiro momento, a partir da perda do pátrio poder familiar dos genitores da criança/adolescente.

Segundo Rizzini (2004), a infância “abandonada” era frequentemente tratada como um problema de ordem pública. As “Rodas dos Expostos”, oriundas, inicialmente, da Itália, eram mecanismos utilizados para o abandono anônimo de crianças, evidenciando a fragilidade das estruturas familiares e a falta de políticas de proteção.

O advento do ECA em 1990 representou um marco, ao consolidar a perspectiva da proteção integral, reconhecendo crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Isto assegurou (legalmente) que a adoção fosse uma medida legítima de proteção, pautada no melhor interesse da criança, fundamentada em um compromisso social.

Para esse estudo, utilizamos um formulário através da plataforma google forms, para registro e tabulação, como metodologia para coleta de dados. As informações foram retiradas dos 50 formulários do Sistema Nacional de Adoção (SNA), selecionados pelas estudantes, a partir do arquivo do setor de Serviço Social da 3ªVIJP. Estes foram preenchidos e armazenados para sistematizar o perfil desejado pelos requerentes, nos processos de habilitação para adoção.

A partir dessa análise, identificamos que os habilitados desejam escolher detalhadamente as características dos adotados, demonstrando a “coisificação” dos infantes. Além disso, destacam a incompreensão da questão social e seus impactos, sobretudo na vida dos acolhidos, tendo em vista que as famílias destituídas do poder familiar, majoritariamente, estão inseridas em contexto sócio-econômico de desproteção social.

Como resultado, a partir do cruzamento de dados com o 33º Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro, produzido pelo Ministério Público e disponibilizado no site do Módulo Criança e Adolescente (MCA), existe uma disparidade entre o perfil idealizado pelos pretendentes em relação ao perfil real de crianças e adolescentes acolhidos. Quanto ao perfil desejado pelos habilitados, conforme dados produzidos pela amostra, trata-se de crianças de 0 a 5 anos, sem diagnóstico de qualquer doença, sem

preferência de gênero e raça. Porém, quanto ao perfil de maior reincidência das crianças e adolescentes acolhidos são adolescentes, do gênero masculino, entre 12 e 15 anos, de cor preta.

Compreendemos, portanto, que a construção do perfil de interesse pelos habilitados não está desprendida da formação sócio-histórica brasileira. Isto, pois as relações sociais estruturam-se a partir das performances de raça, classe e gênero, ou seja, do racismo, do sexismo e da desigualdade social. Por isso, o perfil desejado não está intrinsecamente ligado, somente, às escolhas individuais, mas também aos desdobramentos dessa estrutura social que opera de maneira velada e naturalizada no bojo das relações de poder.

3 Considerações finais

Os impactos dessa estrutura são evidenciados tanto no perfil de acolhidos, quanto no desejado pelos habilitados. Inclusive, pois os habilitados ainda buscam identificação através da aparência e utilizam-se da justificativa de “não saberem lidar” com o racismo, o capacitismo e o sexismo para a escolha do perfil. Além disso, ocultam a compreensão de que os preconceitos sócio-históricos são um sistema social em que todos estão inseridos. Portanto, se ausentam da própria responsabilidade ao passo em que os produzem e reproduzem socialmente.

Por fim, depreende-se que o conceito de adoção está diretamente relacionado às concepções de infância, família e proteção social, sendo, então, estas categorias marcadas pelas transformações socioeconômicas e político culturais da sociedade na relação tempo e espaço.

4 Referências Bibliográficas

ECA. **Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90**. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001. BRASIL.

Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. **Censo da população infantojuvenil acolhida no Estado do Rio de Janeiro** / Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, MPRJ, 2024.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A Arte de Governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil**. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009